



BANCO DA AMAZÔNIA

Movimentando a Amazônia. E a sua vida.

**PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS
PARA 2010**

ESTADO DO AMAZONAS

2010

DIRETORIA EXECUTIVA

ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR
Presidente

ANTÔNIO CARLOS DE LIMA BORGES
Diretor de Infraestrutura do Negócio

EDUARDO JOSÉ LIMA CUNHA
Diretor de Análise e Reestruturação

EVANDRO BESSA DE LIMA FILHO
Diretor de Controle e Risco

GILVANDRO NEGRÃO SILVA
Diretor Comercial e de Distribuição

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1. AMAZÔNIA: CARACTERÍSTICAS, OPORTUNIDADES E DESAFIOS	6
2. MEIO AMBIENTE: POLÍTICA SOCIOAMBIENTAL E EMPREENDEDORISMO CONSCIENTE	8
3. BANCO DA AMAZÔNIA: POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL	11
4. ESTADO DO AMAZONAS: PERFIL GEOECONÔMICO E PRIORIDADES ECONÔMICAS	17
5. RECURSOS FINANCEIROS: INSTRUMENTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS E PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	36
6. RESULTADOS ESPERADOS: RESULTADOS QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS	39
ANEXOS	42
<i>ANEXO I - INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DO ENCONTRO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO PARA A APLICAÇÃO DOS RECURSOS PARA 2010</i>	<i>43</i>

APRESENTAÇÃO

Este **Plano de Aplicação dos Recursos para 2010** é produto do Encontro Estadual de Planejamento para a Aplicação dos Recursos operacionalizados pelo Banco da Amazônia, realizado no dia 22 de julho de 2009, no auditório da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM), em Manaus (AM), o qual foi organizado e coordenado pelo Banco da Amazônia e contou com a efetiva participação dos agentes públicos e privados que atuam na economia do Estado, refletindo a sinergia e o compromisso interinstitucional com a questão do desenvolvimento regional em bases sustentáveis.

Referido Plano foi concebido com a finalidade de ser uma importante ferramenta orientadora da atuação do Banco da Amazônia no Estado e encontra-se estruturado em seis capítulos que tratam das características, oportunidades e desafios da Região; do meio ambiente inserido à política socioambiental do Banco da Amazônia e ao empreendedorismo consciente; das políticas e estratégias do Banco da Amazônia para o desenvolvimento regional sustentável; do perfil geoeconômico e prioridades econômicas do Estado; da programação financeira a ser executada e dos resultados socioeconômicos esperados com a aplicação dos recursos.

O Banco da Amazônia tem consciência de que o desenvolvimento regional perpassa, fundamentalmente, pela formulação de estratégias que estejam alinhadas ao novo modelo de desenvolvimento baseado em negócios sustentáveis, que atendam às necessidades de sobrevivência no presente e que assegurem, também, qualidade de vida às gerações futuras. Sob essa perspectiva, vem reorientando suas ações para apoiar empreendimentos inseridos em arranjos produtivos locais, aglomerados econômicos e projetos sustentáveis, de modo a valorizar as potencialidades locais e, ao mesmo tempo, promover a melhoria da qualidade de vida da população, a inclusão social e a redução das desigualdades intra e inter-regionais.

Assim, esperamos com este Plano dar mais um passo no aperfeiçoamento da política de alocação de recursos do Banco da Amazônia, priorizando a oferta de crédito para empreendimentos que estejam devidamente alinhados ao novo padrão de financiamento preconizado pela Instituição para que a Região Amazônica possa atingir patamares mais elevados de desenvolvimento sustentável.

Aos parceiros que atenderam ao nosso convite para contribuir nesta iniciativa de trabalho participativo em benefício do conjunto da sociedade local, em nome da Diretoria Executiva do Banco da Amazônia e de seus empregados, externo a nossa gratidão e conclamamos a todos para que juntos possamos estar realizando o melhor possível visando o desenvolvimento do Estado, da Amazônia e do nosso País.

ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JUNIOR
Presidente do Banco da Amazônia

1. AMAZÔNIA: CARACTERÍSTICAS, OPORTUNIDADES E DESAFIOS

1.1. CARACTERÍSTICAS

A Região Amazônica possui uma extensão territorial de 5.088.668,5 Km², correspondente a 60% do território nacional, sendo composta por 9 Estados (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins). Sua população atual é de aproximadamente 23,6 milhões habitantes com densidade demográfica de 4,6 hab/Km², sendo que mais de 60% residem em áreas urbanas. O Produto Interno Bruto (PIB) da Amazônia é de R\$ 162,4 bilhões, equivalente a 7% do PIB nacional.



1.2. OPORTUNIDADES

A importância estratégica da Amazônia no cenário internacional aponta para o surgimento de novas oportunidades de desenvolvimento sustentável para a Região destacando:

- A existência de um patrimônio natural com uma imensa riqueza biológica, consistindo em um sistema integrado pela continuidade da floresta que, juntamente com a sua grande bacia hidrográfica, unifica vários subsistemas ecológicos;

- A floresta amazônica (que congrega 1/3 das florestas tropicais úmidas do mundo) reúne a maior reserva mundial de biodiversidade, 3,5 milhões de hectares de floresta virgem, 750 espécies diferentes de árvores e o maior banco genético do Planeta;
- A condição natural de uma das mais importantes províncias minerais da Terra, com perspectivas de diversificação, a curto e médio prazo, da industrialização do setor, além da extração de petróleo e gás em seu território;
- O elevado potencial hidrelétrico que possibilita não somente o abastecimento interno de energia, mas também a exportação energética para outras regiões do País;
- A disponibilização de extraordinária fonte pesqueira, existindo em suas águas mais de 1.500 espécies diferentes de peixes, além de crustáceos como o camarão e o caranguejo, este último encontrado nos manguezais; e
- O desenvolvimento do agronegócio regional envolvendo produtos madeireiros, carnes, pescado, grãos, óleos, frutas, indústria moveleira, indústria florestal não madeireira, siderurgia, metalurgia, indústria convencional (especialmente o segmento eletro-eletrônico), turismo, artesanato indígena e beneficiamento de produtos florestais.

1.3. DESAFIOS

A transformação das imensas possibilidades que a Amazônia dispõe em reais oportunidades de negócios sustentáveis depende, fundamentalmente, da capacidade dos agentes públicos e privados que atuam no processo de desenvolvimento regional construir arranjos institucionais fortes e capazes de mobilizar sinergias visando à superação dos desafios inerentes a uma região com as características e complexidades da Amazônia. Entre as ações necessárias para a superação desses desafios estão:

- A implantação de uma infraestrutura econômica capaz de facilitar o armazenamento, o escoamento e a comercialização da produção;
- A promoção do ordenamento territorial mediante a regularização fundiária, a proteção dos ecossistemas, os direitos das populações tradicionais e a melhor destinação das terras para a exploração produtiva;
- A elevação do nível de organização e o fortalecimento das micro e pequenas empresas;
- A melhoria dos serviços de assistência técnica e extensão rural prestados aos produtores da Região; e
- A capacitação tecnológica dos setores produtivos tradicionais da Região, de forma a propiciar adequada inserção comercial, a introdução de novos empreendimentos baseados em conhecimento técnico-científico avançado, em especial com relação ao uso sustentável da floresta, e outras ações que permitam a agregação de valor aos produtos regionais.

2. MEIO AMBIENTE: POLÍTICA SOCIOAMBIENTAL E EMPREENDEDORISMO CONSCIENTE

2.1. POLÍTICA SOCIOAMBIENTAL

Visando o aproveitamento das oportunidades de desenvolvimento sustentável na Amazônia com a geração de benefícios socioeconômicos que sejam internalizados em prol das populações locais, torna-se premente a adoção de um novo padrão de financiamento que esteja adequado às reais necessidades dos setores produtivos regionais.

Nessa perspectiva, a Política Socioambiental do Banco da Amazônia busca incorporar os componentes de sustentabilidade econômica, ambiental e social em todo o espectro de sua atuação, objetivando promover a solidificação de arranjos produtivos locais inovadores, inseridos em projetos alinhados aos pressupostos do desenvolvimento sustentável e articulados aos fluxos dos mercados nacionais e internacionais.

Trata-se de um modelo de financiamento que tem como foco o empreendedorismo consciente e o atendimento integral das necessidades do cliente, construindo um relacionamento bancário estreito e uma parceria fortalecida para o aproveitamento do meio ambiente como oportunidade para viabilização de negócios com sustentabilidade.

A gestão desse novo modelo de financiamento tem como pressuposto básico a concertação tripartite do ambiente no qual estão inseridas as atividades produtivas de cada Estado. Isto significa que os agentes que atuam no processo de desenvolvimento regional (governo, iniciativa privada e sociedade civil organizada) devem caminhar na mesma direção e articuladamente, de maneira a potencializar os resultados a serem alcançados e construir um processo de desenvolvimento sinérgico e duradouro.

A Política Socioambiental do Banco da Amazônia compreende critérios de categorização de clientes segundo os conceitos orientadores de indução, salvaguarda e exclusão.

A indução norteará a conduta do Banco da Amazônia frente às atividades econômicas sustentáveis que se deseja tornar a tônica na Região, visando a transição para um modelo de desenvolvimento que desestime práticas produtivas obsoletas e predatórias. Os empreendimentos categorizados sob essa ótica deverão receber tratamento preferencial e diferenciado, tendo em vista suas contribuições ao processo de desenvolvimento regional e efeito demonstrativo incentivador para outros projetos.

As salvaguardas serão instrumentos mobilizados pelo Banco da Amazônia para promover o redirecionamento de práticas produtivas de atividades tradicionais, induzindo à incorporação de tecnologias sustentáveis, cuja evolução deverá ser periodicamente acompanhada. Ao atuar em atividades estratégicas, espera-se expandir a influência de adoção de práticas sustentáveis para um grande leque de atividades.

O Banco da Amazônia, mediante a exclusão na concessão de financiamentos, não apoiará atividades econômicas baseadas em práticas que contradizem os princípios e valores da Instituição, bem como aquelas que sejam objeto de restrições na legislação vigente.

2.2. EMPREENDEDORISMO CONSCIENTE

No limiar do século XXI, a variável ambiental ganhou status de geradora de produtos e serviços, assumindo condição estratégica e indispensável para a conquista de novos mercados, considerando as exigências da sociedade moderna pelo consumo de produtos gerados em processos e sistemas de produção sustentáveis.

Sob essa ótica, a sociedade do século XXI vem experimentando profundas modificações comportamentais. No campo econômico, a crescente preocupação socioambiental revela-se uma extraordinária mudança no paradigma capitalista onde as empresas não podem ter o lucro como única preocupação e objetivo, a responsabilidade social e o compromisso com a sustentabilidade são considerados cada vez mais determinantes nas decisões dos consumidores, dos governos e de toda a sociedade organizada.

Essas mudanças tendem a se tornar ainda mais dinâmicas num mundo globalizado visto que os segmentos empresariais buscam incessantemente novas estratégias de venda para conquistar os consumidores cada vez mais exigentes, principalmente na área de alimentos, e as empresas exportadoras, igualmente, são desafiadas para romper as barreiras de ordem ambiental impostas pelos maiores mercados.

Embora no comércio internacional a questão ambiental venha sendo debatida desde a década de 1970, somente no final da década de 1990 é que tais mudanças se tornaram mais perceptíveis, quando os países mais desenvolvidos começaram a estabelecer restrições para acesso aos seus mercados através de medidas sanitárias, rastreabilidade do produto, rotulagem ambiental ou por meio de certificação do produto, a exemplo da madeira e também pela ocorrência de altas concentrações de agrotóxicos e antibióticos em alimentos.

Referida conjuntura impõe ao setor produtivo assumir uma postura de aliado do meio ambiente a partir da utilização de processos produtivos que incorporem tecnologias ambientalmente limpas com vistas a conservar os recursos naturais e preservar a saúde dos consumidores sem perder de vista a rentabilidade dos negócios como meio de garantir a permanência das empresas no mercado e conquista de outros.

Por outro lado, esta nova ordem econômica, na medida em que implica na adoção de processos ambientalmente sustentáveis, exige a implantação de sistemas de gestão ambiental nas empresas e/ou propriedades induzindo a abertura de espaços para novos serviços e conseqüentemente mais oportunidades de emprego.

Importante registrar, apesar de todo aspecto de reputabilidade e imagem que os negócios ambientais agregam à moderna empresa, o novo paradigma é fruto, também, da constatação de que a incorporação da sustentabilidade como estratégia de gestão das empresas representa maior eficiência e produtividade. A propagada dualidade entre produção e respeito ao meio ambiente vem sistematicamente perdendo a força, em decorrência da existência cada vez maior de exemplos práticos de negócios sustentáveis.

A poluição é antes de tudo uma ineficiência, ou seja, os resíduos decorrentes do processo produtivo são derivados do não aproveitamento completo do insumo utilizado, ou de suas propriedades, representando um elevado custo agregado ao preço final dos produtos, em função dos processos de destinação final e tratamento. Dessa forma, novos processos produtivos, mais racionais em uso de recursos naturais, bem como a reutilização de resíduos para outras atividades, representam uma maior eficiência no uso dos insumos resultando em maior produtividade para a atividade econômica.

Isto significa que essa nova dinâmica produtiva consolida a mudança de paradigma indo além da transformação resultante dos aspectos mercadológicos que a imagem de empresa socioambiental responsável pode agregar. Trata-se de uma nova economia baseada em negócios sustentáveis e competitivos.

No caso particular da Amazônia, a importância da economia em bases sustentáveis cresce exponencialmente, considerando, sobretudo, sua condição de principal reserva de biodiversidade e de água da Terra, bem como ser uma das maiores detentoras de recursos naturais do Planeta. Se do ponto de vista ambiental residem na Amazônia as principais esperanças de equilíbrio do sistema global, principalmente no que se refere às mudanças climáticas, do ponto de vista econômico a Região tem sido alvo da cobiça internacional, dado ao imensurável estoque de riquezas que abriga.

Nessa perspectiva, a Amazônia assume uma importância estratégica que a torna foco das atenções mundiais, inclusive no que se refere ao debate cada vez mais recorrente sobre sua internacionalização. Assim, desenvolver a Amazônia em bases mais sustentáveis, por meio da transformação do atual modelo de desenvolvimento econômico baseado na economia tradicional, representa a melhor resposta aos defensores da sua internacionalização, mostrando claramente que a sociedade brasileira é suficientemente responsável e madura para ser a guardiã da Região.

3. BANCO DA AMAZÔNIA: POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

3.1. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS DO BANCO DA AMAZÔNIA

Imbuído da Missão de “ *criar soluções para que a Amazônia atinja patamares inéditos de desenvolvimento sustentável a partir do empreendedorismo consciente*” o Banco da Amazônia atua com a Visão Estratégica de que, até 2012, todos os clientes, colaboradores, fornecedores, parceiros, a sociedade como um todo, os governos e os acionistas estejam satisfeitos e orgulhosos com os resultados quantitativos e qualitativos do Banco da Amazônia e que a Instituição seja referência em desenvolvimento sustentável na Região Amazônica e parceiro essencial de organizações do País e do Mundo que queiram participar deste empreendimento.

A atuação do Banco da Amazônia é pautada na observância dos seguintes Princípios:

- Aplicação rigorosa da ética, definida como escolha para o bem comum;
- Busca da excelência em todas as suas ações;
- Fundamentação das suas ações na criatividade e imaginação;
- Busca e criação incessante de novos conhecimentos para criar soluções cada vez melhores;
- Um “ fazer acontecer” caracterizado por ousadia e coragem, capaz de induzir grandes mudanças e transformações;
- Total transparência em todos os seus atos, como fundamento para relações de confiança;
- Busca de harmonia e o respeito ao ser humano, em toda sua diversidade, culturas e expressões;
- Fomento à participação responsável no desenvolvimento da Região Amazônica baseada no diálogo, consenso e gestão compartilhada;
- Assegurar uma cultura essencialmente empreendedora na Organização, garantindo agilidade e eficácia no atendimento; e
- Busca da excelência pelo investimento contínuo na formação profissional e humana.

3.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO BANCO DA AMAZÔNIA

Os objetivos estratégicos do Banco da Amazônia são expressos através de sete Desafios:

- **Indução** – Consolidar um papel relevante na definição e implementação de políticas de desenvolvimento sustentável na Amazônia;
- **Fortalecimento** – Fortalecer o Banco da Amazônia como instituição financeira voltada para o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica;
- **Foco no Cliente** – Orientar a ação do Banco da Amazônia para satisfazer as necessidades do cliente, em especial aqueles empenhados em adotar práticas de desenvolvimento sustentável em seus negócios;
- **Gestão** – Consolidar o novo Modelo de Gestão aprovado pelo Banco da Amazônia baseado em Gestão Estratégica, Gestão de Processos e Gestão de Projetos;
- **Infraestrutura** – Desenhar e implementar uma estrutura que esteja em função da estratégia da Instituição;
- **Pessoas** – Fomentar o desenvolvimento integral das pessoas como alavanca central para o cumprimento da Missão do Banco da Amazônia; e
- **Rentabilidade** – Alavancar resultados que gerem impacto positivo no desenvolvimento sustentável na Região Amazônica e valor para seus acionistas, clientes e colaboradores.

3.3. ALINHAMENTOS ESTRATÉGICOS DO BANCO DA AMAZÔNIA

Visando o alcance dos seus objetivos estratégicos, o Banco da Amazônia alinhou suas estratégias de atuação focando do tradicional para o sustentável, do produto para o cliente e da Matriz para a Rede de Agências.

Através desses alinhamentos estratégicos, o Banco da Amazônia espera obter ganhos de eficiência e produtividade e, conseqüentemente, impacto positivo no seu resultado operacional, decorrentes do monitoramento das despesas e receitas, a partir do melhor aproveitamento da base de clientes, via melhoria do índice de penetração dos produtos.

3.4. O BANCO DA AMAZÔNIA COMO AGENTE DAS POLÍTICAS, PLANOS E PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL PARA A AMAZÔNIA

O Banco da Amazônia, como agente das políticas, planos e programas do Governo Federal para a Amazônia, atua com o compromisso de promover o desenvolvimento econômico e social da Região em bases sustentáveis, valorizando as potencialidades regionais através de ações estratégicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida das populações locais e redução das desigualdades intra e inter-regionais.

As ações estratégicas do Banco da Amazônia para o desenvolvimento regional sustentável estão alinhadas às seguintes prioridades do Governo Federal para a Região Amazônica:

Apoio à Agricultura Familiar – O Banco da Amazônia tem como prioridade em suas estratégias de ação a concessão de financiamentos às atividades produtivas de menor porte, sobretudo para o segmento da agricultura de base familiar. Com uma política de atuação voltada para o pequeno produtor, valoriza o associativismo de produção e intensifica o seu apoio às populações tradicionais da Região como ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e indígenas, entre outros povos da floresta, atendendo também agricultores sem-terra, nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária.

Através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Banco da Amazônia, além de auxiliar a execução da Política Nacional de Reforma Agrária, financiando atividades produtivas na Região, tem contribuído decisivamente para o fortalecimento do segmento no contexto regional. Além disso, tem contribuído com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) destinando recursos de seu próprio orçamento aos órgãos oficiais prestadores de serviços de assistência técnica e extensão rural nos Estados da Região Norte. É uma parceria pioneira com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) para melhorar os serviços prestados aos mini e pequenos produtores rurais da Região.

Estímulo às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Em sua ação de fomento para o desenvolvimento regional, o Banco da Amazônia prioriza a concessão de financiamentos às atividades produtivas dos segmentos de microempresas e empresas de pequeno porte. O apoio do Banco da Amazônia a esses segmentos de menor tamanho se dá em consonância com a Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Entre as ações que o Banco da Amazônia vem desenvolvendo no sentido de intensificar seu apoio às microempresas e empresas de pequeno porte destacam-se a participação da Instituição no Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e a parceria com o SEBRAE Nacional, com quem mantêm convênio de cooperação geral visando desenvolver ações voltadas à ampliação do atendimento e da melhoria do acesso ao crédito pelas micro e pequenas empresas que atuam na Amazônia.

Incentivo ao Turismo Regional Sustentável – O setor de turismo representa uma excelente oportunidade para a estruturação de negócios sustentáveis e, principalmente, para o desenvolvimento regional. Para o Banco da Amazônia, que no âmbito de suas atribuições tem o compromisso de contribuir para o desenvolvimento do turismo regional, a alavancagem do setor perpassa, necessariamente, pela construção de um amplo e sólido sistema de alianças institucionais para empreender ações compartilhadas que contribuam significativamente para a dinamização do turismo na Amazônia.

Visando contribuir para o desenvolvimento do turismo sustentável na Região Amazônica, o Banco da Amazônia elaborou, em consonância com o Plano Nacional de Turismo (PNT), o Plano de Incentivo ao Turismo na Amazônia com a percepção de que mesmo a Região possuindo um imenso potencial para o desenvolvimento do turismo existem grandes desafios que podem ser transformados em excelentes oportunidades de negócios capazes de promover o desenvolvimento sustentável do setor.

Valorização da Cultura Amazônica – Instituído por meio do Decreto n.º 6.226/07, o Programa Mais Cultura do Governo Federal representa uma iniciativa que tem mobilizado esforços de um conjunto de agentes, como o Ministério da Cultura, os bancos federais e os governos estaduais e municipais, visando garantir mais acesso e condições para que a diversidade cultural brasileira possa se manifestar de forma plena.

Como atua alinhado às políticas, planos e programas do Governo Federal para a Região Amazônica, o Banco da Amazônia lançou o Programa de Ação “ Amazônia Mais Cultura” , cuja proposta é ser uma importante âncora na valorização da cultura amazônica, em consonância com a agenda social do Governo Federal, que tem na cultura um dos eixos prioritários e estratégicos. Por meio do Programa de Ação “ Amazônia Mais Cultura” , o Banco da Amazônia espera prospectar, de forma simples e inovadora, novas oportunidades de negócios sustentáveis no âmbito do setor cultural.

Apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – Implantado pelo Governo Federal, o PAC tem como premissa básica estimular o crescimento do PIB brasileiro e do emprego, com foco na inclusão social e melhoria na distribuição de renda. As ações e metas do PAC estão voltadas, sobretudo, para o investimento em infra-estrutura, o estímulo ao crédito e ao financiamento, à melhoria do ambiente de investimento, à desoneração e administração tributária e às medidas fiscais de longo prazo.

Desde o lançamento do PAC, o Banco da Amazônia tem contribuído com esse esforço do Governo Federal no sentido de retomar a capacidade orientadora do Estado na questão do desenvolvimento brasileiro, especialmente no tocante ao incremento da taxa do investimento público e privado. Os projetos financiados pelo Banco da Amazônia no âmbito do PAC contemplam setores estratégicos da economia regional como transporte, saneamento básico e geração de energia.

Incentivo à Formação de Arranjos Produtivos Locais – A estratégia de arranjos produtivos locais incentiva o cooperativismo entre os agentes produtivos e ao mesmo tempo, dada a sua capacidade de congregar elementos de competitividade, permite a montagem de uma rede integrada e sinérgica entre instituições de pesquisa, tecnologia, educação, transportes, crédito, infra-estrutura e produção.

Com essa percepção, o Banco da Amazônia atua como membro do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP/APL), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e composto por 33 instituições, o qual é responsável pela implementação da Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais. A ação creditícia do Banco da Amazônia contempla o apoio à formação e ao desenvolvimento de 49 arranjos produtivos locais selecionados como prioritários em todos os Estados da Amazônia.

Participação no Programa Banco para Todos – O Banco da Amazônia participa, ao lado das demais instituições financeiras públicas federais, do Programa Banco para Todos de iniciativa do Governo Federal. Esse importante programa de inclusão bancária possibilita o acesso aos serviços bancários à população excluída do sistema, especialmente aos trabalhadores informais e aos de baixa renda.

A atuação do Banco da Amazônia no Programa Banco para Todos se dá mediante a concessão de crédito à população de baixa renda, por meio de operações de microcrédito voltadas, principalmente, para a aquisição de bens de consumo e de pequenos equipamentos, como carrinhos de pipoca/cachorro-quente e máquinas de costura.

Apoio ao Programa de Microcrédito Produtivo Orientado – Em adesão ao Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Governo Federal, o Banco da Amazônia implantou o Programa “ Amazônia Florescer” , atendendo, dessa forma, o disposto na Lei N.º 11.110, que determina o emprego de metodologia no processo de concessão e acompanhamento do crédito aos microempreendedores que atuam no mercado informal.

O Programa e a metodologia garantem melhor controle de adimplência em razão de não se limitarem à concessão simples do crédito, e sim buscarem aplicar um programa inovador, com uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o cliente e com retorno para a instituição supridora dos recursos. O Programa “ Amazônia Florescer” foi concebido para possibilitar o acesso ao crédito aos empreendedores populares da Região Amazônica tendo por filosofia o relacionamento direto e permanente com os empreendedores no próprio local onde é executada a atividade econômica por meio de empréstimos seqüenciais, graduais, sob medida para suas necessidades, com acompanhamento do seu desenvolvimento individual e do negócio.

Apoio ao Agronegócio Regional – O apoio ao desenvolvimento do agronegócio regional pelo Banco da Amazônia tem oportunizado a estruturação e a alavancagem de importantes segmentos como o de produtos madeireiros, carnes, pescado, grãos, óleos, frutas, indústria moveleira, indústria florestal não madeireira, siderurgia, metalurgia, indústria convencional (especialmente o segmento eletro-eletrônico), turismo, artesanato indígena e beneficiamento de produtos florestais.

Os investimentos realizados pelo Banco da Amazônia nas atividades da cadeia produtiva do agronegócio regional cobrem um amplo espectro de atores do setor rural amazônico onde se tem apoiado agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais e empresários agroindustriais de médio e grande porte, permitindo a inserção competitiva nos mercados nacional e internacional. Exemplo disso tem sido o incentivo à produção do biocombustível na Amazônia envolvendo centenas de famílias que estão diversificando a base produtiva rural da Região mediante o aprimoramento da produção do biodiesel.

Estímulo à Pesca e Aquicultura – O Banco da Amazônia estimula o incremento da produção pesqueira regional, financiando a aquisição de barcos, motores e apetrechos de pesca aos pescadores artesanais e a construção de tanques e aquisição de alevinos aos empreendedores de aqüicultura, proporcionando-lhes melhores condições de vida, fortalecendo suas colônias, promovendo o aproveitamento racional de recursos naturais, aumentando a oferta de alimentos e melhorando o padrão nutricional da população regional. O apoio a este importante segmento da economia regional se reveste de elevada significância como instrumento de fortalecimento ao Programa “ Fome Zero” do Governo Federal.

4. ESTADO DO AMAZONAS: PERFIL GEOECONÔMICO E PRIORIDADES ECONÔMICAS

4.1. PERFIL GEOECONÔMICO

O Estado do Amazonas possui uma superfície de 1.570.745,7 km² (30,2% do território da Região Amazônica) e população de 3.221,9 mil habitantes com densidade demográfica de 2,05 hab/Km², estando localizado na Amazônia Ocidental. Atualmente, o Estado do Amazonas é composto por 62 municípios, sendo os principais Manaus, Manacapuru, Tefé, Parintins e Itacoatiara. Suas fronteiras territoriais são com a Venezuela, a Colômbia, o Peru e os Estados de Roraima, Acre, Rondônia, Mato Grosso e Pará.

O Produto Interno Bruto (PIB) do Estado do Amazonas é da ordem de R\$ 33,3 bilhões (equivalente a 1,55% do PIB nacional) enquanto o PIB per capita corresponde a R\$ 10,35 mil. O setor mais representativo na composição do PIB estadual é o de comércio e serviços, com participação relativa de 42%.

A economia do Estado do Amazonas tem no setor industrial um dos seus principais pilares, cujas atividades se concentram no Pólo Industrial de Manaus (PIN) o qual possui mais de 400 indústrias voltadas, principalmente, para a produção de bens de consumo duráveis. As atividades do setor primário apresentam pouca representatividade na economia amazonense, sendo o extrativismo a que mais se destaca.

As oportunidades para a realização de investimentos no Estado do Amazonas apontam, entre outras condições, para a sua localização geográfica fronteiriça com outros países da América do Sul (Venezuela, Colômbia e Peru); a potencialidade de recursos naturais; a riqueza de sua biodiversidade e o desenvolvimento de pólos turísticos, sobretudo o segmento do ecoturismo.

4.2. PRIORIDADES ECONÔMICAS

O Banco da Amazônia trabalha com o firme propósito de promover o desenvolvimento regional em bases sustentáveis. Nesse sentido, suas estratégias de atuação induzem e apóiam iniciativas empreendedoras que visem a utilização racional das matérias-primas locais que venham contribuir para o aumento do valor agregado e, ao mesmo tempo, considerem o enorme valor intrínseco do ativo ecológico existente na Amazônia, de forma que os recursos naturais da Região sejam aproveitados com sustentabilidade.

Sob essa perspectiva, as prioridades econômicas para financiamento pelo Banco da Amazônia em 2010 no Amazonas estão voltadas para o estímulo aos **Arranjos Produtivos Locais (APL) Selecionados para o Estado**, incentivo aos **Negócios Sustentáveis** e apoio aos **Projetos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)**.

4.2.1. ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS SELECIONADOS PARA O ESTADO

Para o Estado do Amazonas, foram selecionados os seguintes Arranjos Produtivos Locais para receberem financiamento prioritário pelo Banco da Amazônia: Aquicultura, Pesca, Piscicultura, Fruticultura, Mandioca, Turismo, Madeira e Móveis e Recursos Florestais não Madeireiros.

A priorização dos APL selecionados não exclui a possibilidade de atendimento, pelo Banco da Amazônia, de outros APL, cadeias produtivas, aglomerados econômicos ou outras formas de organização do setor produtivo, desde que suas atividades sejam pautadas nos princípios do desenvolvimento sustentável.

O Quadro I, a seguir demonstrado, apresenta o diagnóstico situacional dos APL selecionados para o Estado, contemplando a situação atual dos APL e os principais desafios para o seu desenvolvimento.

Quadro I: Diagnóstico Situacional dos APL Selecionados para o Estado

APL	Situação Atual do APL	Principais Desafios para o Desenvolvimento do APL
Aquicultura	<ul style="list-style-type: none">▪ Apresenta um mercado promissor, com demanda crescente▪ As indústrias de beneficiamento vêm demandando cada vez mais produtos de origem aquícola, agregando valor à produção	<ul style="list-style-type: none">▪ Elevar o nível de organização dos produtores▪ Ampliar o cadastro dos produtores aquícolas que atuam no Estado▪ Reduzir o custo de produção▪ Melhorar os serviços de ATER
Pesca	<ul style="list-style-type: none">▪ O Estado apresenta grande potencial hídrico e variedades de espécies nativas	<ul style="list-style-type: none">▪ Fortalecer a cadeia de produção e comercialização do pescado▪ Elevar o nível de organização dos produtores▪ Melhorar os serviços de ATER

APL	Situação Atual do APL	Principais Desafios para o Desenvolvimento do APL
Piscicultura	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O APL encontra-se em fase de expansão necessitando de mais investimentos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elevar o nível de organização dos produtores ▪ Reduzir o custo de produção ▪ Melhorar os serviços de ATER
Fruticultura	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O crescimento da demanda de frutas regionais como o guaraná, o cupuaçu e o açaí ▪ Aumento da produtividade do APL por meio de diversas ações, a exemplo da pesquisa de material genético selecionado e utilização de tecnologia de manejo 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar a infraestrutura logística (armazenagem, escoamento, beneficiamento e comercialização da produção) ▪ Elevar a eficiência da assistência técnica ▪ Adquirir sementes e mudas de boa qualidade ▪ Ampliar os investimentos em pesquisa ▪ Investir em divulgação e marketing ▪ Capacitar os produtores ▪ Realizar o processo de regularização fundiária ▪ Reduzir o custo dos insumos ▪ Ampliar o número de agroindústrias
Mandioca	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O APL conta com incentivo dos municípios onde a atividade é desenvolvida ▪ Produção feita de forma artesanal 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumentar o nível de produtividade ▪ Melhorar a infraestrutura de produção
Turismo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O turismo ecológico e rural no Estado vem crescendo à taxa de 6% ao ano ▪ O Amazonas é considerado o “ Estado referência para o ecoturismo no Brasil” 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar a infraestrutura turística ▪ Elevar o nível de organização da cadeia produtiva do turismo sustentável

APL	Situação Atual do APL	Principais Desafios para o Desenvolvimento do APL
Madeira e Móveis	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A maioria das empresas do setor de madeira/móveis se situa na região de Manaus e entorno, apesar de existirem pequenos pólos moveleiros no Baixo Amazonas e na região do Alto Solimões, produzindo em estilo colonial e popular ▪ Existência de número reduzido de empresas atuando no APL (a produção de móveis industriais exige alta qualidade na elaboração, acabamento do produto, rigorosa secagem e imunização) ▪ Elevado potencial de produção através de práticas sustentáveis 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Intensificar o combate ao desmatamento ilegal ▪ Melhorar a assistência técnica ▪ Investir na infraestrutura viária e de energia ▪ Elaborar planos de manejo para as Unidades de Conservação (UC' s)
Recursos Florestais não Madeireiros	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O APL encontra-se em fase de estruturação ▪ Os principais produtos que integram a cadeia do APL são: óleos vegetais; látex; resinas; frutos e sementes; castanha-do-Brasil; fibras; juta; malva; cipó-titica; cipó-ambé; piaçava; unha-de-gato; carapanaúba; ipê roxo; arumã e tucum e cascas, folhas e raízes para uso medicinal e cosmético 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Evitar ou diminuir o desperdício de boa parte da safra, pela dificuldade ou impossibilidade de coletá-la e transportá-la ▪ Criar mecanismos para a redução do êxodo rural das áreas de extração ▪ Melhorar os serviços de ATER ▪ Ampliar mercados para os produtos florestais não madeireiros

4.2.2. OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS SUSTENTÁVEIS NO ESTADO

Desenvolver a Amazônia de forma sustentável, por meio da transformação do atual modelo de desenvolvimento econômico baseado na economia tradicional, representa o principal desafio dos atores regionais que contribuem no processo de desenvolvimento da Região.

Nesse contexto, o Banco da Amazônia, como agente das políticas, planos e programas do Governo Federal para a Região Amazônica, atua pautado no compromisso de financiar projetos e empreendimentos sustentáveis, que valorizem as potencialidades locais e, ao mesmo tempo, promovam a melhoria da qualidade de vida da população, a inclusão social e a redução das desigualdades intra e inter-regionais.

Assim, para o Estado do Amazonas foram identificadas oportunidades para a realização de negócios sustentáveis no âmbito dos segmentos da agricultura familiar e extrativismo, micro e pequena empresa, turismo, cultura, atividade florestal, indústria, projetos estruturantes, agronegócio e comércio e serviços (v. Quadro II).

Foram mapeadas, ainda, oportunidades de negócios sustentáveis nas áreas jurisdicionadas das agências do Banco da Amazônia localizadas no Estado (v. Quadro III). Essas oportunidades de negócios sustentáveis foram identificadas com base em um conjunto de critérios como: capacidade de geração de emprego e renda, maturidade ou tradição na localidade, possibilidade de induzir ou estruturar novos nichos de mercado, potencialidade para formar cadeias produtivas, sustentabilidade socioambiental, nível de organização dos agentes econômicos envolvidos e consonância com as prioridades dos governos estadual e municipal.

Quadro II: Oportunidades de Negócios Sustentáveis no Âmbito dos Segmentos Prioritários

Segmento	Oportunidades para a Realização de Negócios Sustentáveis	Desafios	Ações Desenvolvidas para a Superação dos Desafios	Ações Previstas para Fortalecer o Segmento no Estado
Agricultura Familiar e Extrativismo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Diversificação da agricultura de base familiar com o desenvolvimento da avicultura (de postura, de corte e caipira), fruticultura tropical, produção de hortaliças, produtos florestais não madeireiros, apicultura, agricultura de várzea, biocombustíveis, caprinocultura e ovinocultura ▪ Dispõe de higienização de alimentos, adubos orgânicos, transporte, conservação de produtos perecíveis, beneficiamento de rações e manejo integrado de frutas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ampliar a prestação dos serviços de assistência técnica e extensão rural ▪ Incentivar o desenvolvimento de pesquisas voltadas para a produção de base familiar ▪ Elevar o nível de organização dos produtores familiares ▪ Promover a regularidade fundiária e ambiental das propriedades ▪ Melhorar a infraestrutura logística ▪ Realizar o zoneamento agrícola ▪ Agregar valor à produção familiar e aos produtos extrativistas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ GOVERNO DO ESTADO e INCRA: Divulgação dos procedimentos para a aquisição da licença ambiental; Firmatura de Termo de Cooperação para a emissão de Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) em áreas de assentamento; Realização de convênio para a regularização fundiária, bem como para a recuperação de áreas degradadas nos assentamentos; Concessão do licenciamento ambiental para os assentados da reforma agrária 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA), PREFEITURAS MUNICIPAIS e COLEGIADOS TERRITORIAIS: Elaborar o Plano Safra Territorial ▪ GOVERNO DO ESTADO, MDA, INCRA, PREFEITURAS MUNICIPAIS e COLEGIADOS TERRITORIAIS: Dar continuidade ao Projeto Terra Legal

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aplicação de Tecnologias Apropriadas e Sistemas Agroflorestais ▪ Recuperação dos seringais e castanhais ▪ Aproveitamento e industrialização dos produtos da castanha e extração de óleos vegetais (andiroba e copaíba) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criar núcleos de formação tecnológica e de informação da agricultura familiar ▪ Incentivar a criação de cooperativas para a comercialização da produção ▪ Intensificar as pesquisas para a agricultura familiar e o extrativismo 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ GOVERNO DO ESTADO: Aquisição de patrulhas agrícolas para mecanização de áreas da agricultura familiar ▪ INCRA e UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS (UEA): Realização do encontro de jovens da zona rural para discutir e fomentar a linha de crédito PRONAF Jovem ▪ INCRA e PREFEITURAS MUNICIPAIS: Realização de treinamento e capacitação dos agricultores familiares; Incentivo à criação de cooperativas de produtores ▪ INCRA: Recuperação de vicinais em áreas de assentamentos; Realização da Feira da Agricultura Familiar 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ INCRA: Criar novos projetos de assentamentos sustentáveis; Dar continuidade aos trabalhos de recuperação de vicinais em áreas de assentamentos, de concessão do licenciamento ambiental para os assentados da reforma agrária e de recuperação de áreas degradadas nos assentamentos; Implantar agroindústrias nos assentamentos Iporá, Paquequer e Vila Amazônica (Terra do Sol) ▪ GOVERNO DO ESTADO: Investir na recuperação de vicinais; Implantar a Lei Estadual de Produção Rural; Adequar o número de técnicos de ATER às necessidades dos produtores familiares
--	--	--	---	---

Segmento	Oportunidades para a Realização de Negócios Sustentáveis	Desafios	Ações Desenvolvidas para a Superação dos Desafios	Ações Previstas para Fortalecer o Segmento no Estado
Micro e Pequena Empresa	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Possibilidades de novos negócios com o Pólo Moveleiro ▪ Existência do Fundo de Desenvolvimento da Pequena e Micro Empresa ▪ Existência de incubadoras de empresas locais: Centro de Desenvolvimento e Incubação Empresarial (CIDE), Instituto Federal do Amazonas (IFAM) e Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (FUCAPI) ▪ Implantação da Lei do Microempreendedor Individual (MEI) ▪ Disponibilização da Rede de Extensão Tecnológica e do Radar do Amazonas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar a oferta de garantias ▪ Aumentar a geração de emprego formal ▪ Investir na qualificação da gestão empresarial e mão-de-obra ▪ Divulgar a Lei do Microempreendedor Individual (MEI) ▪ Elevar a competitividade tecnológica das micro e pequenas empresas ▪ Ampliar a rede de Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs) nos municípios amazonenses 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Criação da linha de crédito Amazônia Giro MPE com bases e condições diferenciadas para as micro e pequenas empresas ▪ GOVERNO DO ESTADO: Implantação do Centro Vocacional Tecnológico de Piscicultura no Município de Manacapuru; Elaboração de projeto para a implantação dos Centros Vocacionais Tecnológicos de Agricultura Familiar e de Piscicultura no Município de São Gabriel da Cachoeira; Apoio tecnológico às empresas do Pólo Industrial de Manaus (PIM) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ GOVERNO DO ESTADO: Estabelecer parcerias para a implantação de Centros Vocacionais Tecnológicos nos Municípios de Borba, Itacoatiara, Maués, Tabatinga e Carauari; Continuar dispensando apoio tecnológico às empresas do PIM ▪ SEBRAE: Implantar o Fundo Garantidor de Crédito

Segmento	Oportunidades para a Realização de Negócios Sustentáveis	Desafios	Ações Desenvolvidas para a Superação dos Desafios	Ações Previstas para Fortalecer o Segmento no Estado
Turismo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Incentivo aos Pólos Turísticos Amazonas, Saterê, Alto Solimões e de Manaus ▪ Criação da Zona Franca Verde ▪ Divulgação do artesanato, da culinária amazônica, do Festival de Parintins, do ecoturismo e dos eventos esportivos ▪ Desenvolvimento do turismo de pesca esportiva (Rio Negro e Madeira), turismo ecológico e rural ▪ A Cidade de Manaus será uma das sub-sedes da Copa do Mundo de 2014 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Investir na infraestrutura básica e turística ▪ Fortalecer a integração dos agentes que compõem o trade turístico do Estado ▪ Expandir a rede de cobertura celular e da internet banda larga ▪ Aumentar o número de vôos para o Estado ▪ Ampliar a rede de apoio à segurança e saúde especializada ao turista ▪ Ampliar o programa de pesca esportiva, de turismo ecológico e turismo rural no Estado 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Elaboração do Plano de Incentivo ao Turismo na Amazônia ▪ SEBRAE: Realização de treinamento e capacitação de empreendedores do segmento de turismo ▪ INCRA: Implantação do Projeto de Desenvolvimento do Turismo Rural na Vila Amazônia ▪ GOVERNO DO ESTADO: Realização de investimentos na infraestrutura turística; Qualificação dos equipamentos e serviços turísticos; Ampliação dos meios de hospedagem; Coordenação do Programa de Desenvolvimento do Turismo Rural e de Agricultura Familiar 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Elaborar o Plano de Incentivo ao Turismo na Amazônia para o Exercício de 2010 ▪ SEBRAE: Continuar investindo em treinamento e capacitação de empreendedores ▪ FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (FETAGRI): Contribuir com o Programa de Desenvolvimento do Turismo Rural ▪ GOVERNO DO ESTADO: Consolidar o Programa de Desenvolvimento do Turismo Rural e de Agricultura Familiar

Segmento	Oportunidades para a Realização de Negócios Sustentáveis	Desafios	Ações Desenvolvidas para a Superação dos Desafios	Ações Previstas para Fortalecer o Segmento no Estado
Cultura	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Incentivo e divulgação dos eventos esportivos e dos festivais realizados no Estado 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Investir na infraestrutura básica e turística, bem como em divulgação e marketing ▪ Profissionalizar as apresentações culturais ▪ Criar o Fórum de Diversidade Cultural do Amazonas ▪ Incentivar os produtores de cultura 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Criação do Programa “ Amazônia Mais Cultura” ; Concessão de patrocínio aos projetos do segmento cultural; Realização do Projeto “ 5ª Cultural” ▪ GOVERNO DO ESTADO: Implantação de espaços culturais ▪ GOVERNO DO ESTADO e PREFEITURA DE MANAUS: Realização do Projeto de Revitalização do Centro Histórico de Manaus ▪ UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM): Criação de cursos técnicos voltados para a cultura (teatro) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Intensificar as ações no âmbito do Programa “ Amazônia Mais Cultura” ; Ampliar a concessão de patrocínios aos projetos culturais; Expandir as atividades do Projeto “ 5ª Cultural” ▪ GOVERNO DO ESTADO e PREFEITURAS MUNICIPAIS: Continuar apoiando os festivais culturais realizados nos municípios amazonenses

Segmento	Oportunidades para a Realização de Negócios Sustentáveis	Desafios	Ações Desenvolvidas para a Superação dos Desafios	Ações Previstas para Fortalecer o Segmento no Estado
Atividade Florestal	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O Estado dispõe de 98% da Floresta original preservada ▪ Realização de serviços ambientais (troca de carbono e bolsa floresta) ▪ Incentivo aos produtos florestais não madeireiros ▪ Estímulo ao desenvolvimento de novas tecnologias na área florestal 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a regularidade fundiária e ambiental das propriedades ▪ Conquistar mercados para os produtos florestais ▪ Intensificar as atividades de produtos e serviços ambientais ▪ Estimular ações sobre o Programa de Educação Ambiental, Preservação das Paisagens, Gerenciamento de Dados e Informações sobre a Amazônia ▪ Desenvolver novas metodologias analíticas e tecnológicas para obtenção de extratos padronizados de óleos vegetais, garantindo assim uma melhor produtividade e qualidade de produtos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Criação do Programa de Financiamento para Manutenção e Recuperação da Biodiversidade Amazônica (FNO-Biodiversidade) que incentiva a recuperação do passivo ambiental florestal ▪ GOVERNO DO ESTADO: Implantação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) para a definição de sistemas produtivos ▪ GOVERNO DO ESTADO: Apoio à implantação de agroindústrias de beneficiamento de produtos florestais não madeireiros ▪ GOVERNO DO ESTADO e SUFRAMA: Instalação do Pólo Moveleiro de Tabatinga 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ GOVERNO DO ESTADO: Intensificar o apoio ao desenvolvimento da atividade florestal no Estado

Segmento	Oportunidades para a Realização de Negócios Sustentáveis	Desafios	Ações Desenvolvidas para a Superação dos Desafios	Ações Previstas para Fortalecer o Segmento no Estado
Indústria	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existência de pólos consolidados (componentes, eletroeletrônicos, duas rodas e bebidas e concentrados) e de pólos em desenvolvimento (cosméticos, telefonia, ar condicionados, informática, relógios, madeireiro e construção naval) ▪ Exploração mineral com boas práticas ambientais (ouro, calcário, fertilizantes, pedras semipreciosas e cassiterita) ▪ Expansão do Pólo Industrial de Manaus (PIM) ▪ Desenvolvimento de tecnologias visando dar suporte às demandas e à produção de novos produtos e processos de gestão das indústrias do Pólo Industrial de Manaus 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Investir na formação gerencial dos empreendedores e na qualificação da mão-de-obra ▪ Aumentar a capacidade energética do Estado ▪ Ampliar o número de fornecedores locais ▪ Adensar a cadeia produtiva de bens finais dos vários sub-setores da indústria ▪ Estimular a pesquisa e a inovação tecnológica 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ SUFRAMA: Implantação de laboratórios focados na Tecnologia Industrial Básica (TIB) ▪ GOVERNO DO ESTADO: Implantação de laboratórios consorciados e de tecnologia de ponta ▪ UEA: Formação de recursos humanos, em nível de doutorado, nas áreas de engenharia elétrica, mecânica, mecatrônica, química, computação e biotecnologia 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Expandir a oferta de crédito para o segmento

Segmento	Oportunidades para a Realização de Negócios Sustentáveis	Desafios	Ações Desenvolvidas para a Superação dos Desafios	Ações Previstas para Fortalecer o Segmento no Estado
<p>Projetos Estruturantes</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Construção do gasoduto de Urucum até Manaus ▪ Melhoria das vias de trânsito da Cidade de Manaus ▪ Construção de portos, aeroportos e ferrovias ▪ Construção de linhão de energia e da Ponte Manaus – Iranduba ▪ Criação do Distrito Naval em Iranduba ▪ Reconstrução da BR-317 e BR-319 ▪ Projeto Linhão Tucuruí - Manaus 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fortalecer as parcerias institucionais visando ampliar os recursos para investimento em projetos estruturantes 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Apoio financeiro aos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) ▪ GOVERNO DO ESTADO: Recuperação de algumas vicinais do Estado; Investimento no escoamento da produção no entorno de Manaus (Região Ribeirinha) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Continuar apoiando projetos no âmbito do PAC ▪ ELETROBRÁS, ELETRONORTE e AMAZONAS ENERGIA: Concluir a extensão do linhão de Tucuruí até Manaus ▪ GOVERNO DO ESTADO e PETROBRÁS: Implantar o gasoduto Coari-Manaus

Segmento	Oportunidades para a Realização de Negócios Sustentáveis	Desafios	Ações Desenvolvidas para a Superação dos Desafios	Ações Previstas para Fortalecer o Segmento no Estado
Agronegócio	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Crescimento das exportações do Estado ▪ Produção de biodiesel no Município de Tefé ▪ Produção de biogás e etanol celulósico ▪ Produção de flores e plantas ornamentais ▪ Existência de agroindústrias de beneficiamento de polpas de frutas, produtos fármacos, guaraná e essências e fragrâncias ▪ Incentivo à pesquisa de novas tecnologias de produção no âmbito do agronegócio ▪ Desenvolvimento de produtos e processos biotecnológicos e genéticos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a regularidade fundiária e ambiental das propriedades ▪ Investir na formação de mão-de-obra especializada ▪ Intensificar as pesquisas para os produtos da cadeia do agronegócio do Estado ▪ Ampliar mercados para os produtos do agronegócio ▪ Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação aplicados ao uso e à produção de biodiesel 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ GOVERNO DO ESTADO: Apoio à implantação de agroindústrias de beneficiamento da fécula da mandioca, pescado, frutas e laticínios 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ GOVERNO DO ESTADO: Continuar apoiando a implantação de agroindústrias voltadas para o agronegócio

Segmento	Oportunidades para a Realização de Negócios Sustentáveis	Desafios	Ações Desenvolvidas para a Superação dos Desafios	Ações Previstas para Fortalecer o Segmento no Estado
Comércio e Serviços	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Expansão do setor terciário na economia do Estado ▪ Fortalecimento da Zona Franca de Manaus ▪ Crescimento do segmento de prestação de serviços (comunicações, transporte, saúde, educação e serviços bancários) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Investir na qualificação dos agentes que atuam no setor 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Simplificação do processo de análise de crédito com a dispensa de projeto completo para capital de giro isolado e máquina isolada ▪ GOVERNO DO ESTADO: Início da implantação da banda larga em fibra ótica; Apoio à capacitação de recursos humanos, em especial para o setor de hotelaria e restaurante ▪ SEBRAE: Incentivo à formação de redes de empresas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Ampliar o processo de simplificação do crédito ▪ GOVERNO DO ESTADO: Consolidar a implantação da banda larga em fibra ótica; Continuar investindo na capacitação de recursos humanos ▪ SEBRAE: Expandir o processo de formação de redes de empresas

Quadro III: Oportunidades de Negócios Sustentáveis nas Áreas Jurisdicionadas das Agências do Banco da Amazônia no Estado

Agência	Oportunidades de Negócios Sustentáveis	Abrangência Territorial	Diagnóstico Situacional
Boca do Acre	Pecuária de Corte	Município de Boca do Acre e Região da Calha do Purus	Consolidada como o maior rebanho do Estado do Amazonas a pecuária é o principal indutor do crescimento econômico na região da Calha do Purus; existência de assistência técnica estatal e privada; mercado consumidor potencial (principalmente os municípios da região da Calha do Purus e Manaus); apresenta boa estrutura de produção (já existe no município de Boca do Acre frigorífico moderno e habilitado); infraestrutura logística deficiente em razão das precárias condições da BR-317, única via de escoamento da produção; implantação do Projeto Boca Legal visando a regularização fundiária e ambiental.
Carauari	Pecuária de Corte e Extrativismo	Município de Carauari e cidades vizinhas	Atividades realizadas de forma sustentável com a preservação da floresta; existência de assistência técnica; mercado consumidor potencial.
Coari	Açaí	Municípios de Coari e Codajas	O Município de Coari apresenta grande potencial para se desenvolver, em função da exploração do gás de Urucu; mercado consumidor em expansão; baixo nível de organização dos produtores; atividade praticada por agricultores familiares.

Agência	Oportunidades de Negócios Sustentáveis	Abrangência Territorial	Diagnóstico Situacional
Humaitá	Extrativismo Vegetal, Pesca Artesanal e Pecuária de Corte e Leite	<u>Extrativismo Vegetal</u> Municípios de Humaitá e Lábrea <u>Pesca Artesanal</u> Municípios de Humaitá, Lábrea e Tapauá <u>Pecuária de Corte e Leite</u> Municípios de Santo Antônio do Matupi, Manicoré e Apuí	<u>Extrativismo Vegetal e Pesca Artesanal</u> : aglomerados dispõem de assistência técnica e extensão rural; mercado consumidor potencial; necessidade de capacitação dos produtores; infraestrutura logística deficiente. <u>Pecuária de Corte e Leite</u> : apresenta forte mercado de comercialização de gado em pé para Manaus e leite e derivados para a comunidade local; infraestrutura logística deficiente; baixo nível de organização dos produtores.
Itacoatiara	Pesca, Fruticultura e Bubalinocultura	Municípios de Itacoatiara, Novo Remanso e Urucurituba	Beneficiamento do pescado; desenvolvimento de projetos de agricultura orgânica (destaque para o cultivo de abacaxi e cacau); criação de bubalinos de leite; existência de assistência técnica, mercado consumidor potencial.
Manaus-Centro e Manaus-Metro	Indústria (Pólo Metalúrgico, Pólo Eletroeletrônico, Pólo Duas Rodas, Pólo da Construção Civil, Pólo Naval, Pólo Turístico e Pólo Fitoterápico/ Fitocosmético)	Município de Manaus	Aglomerado com forte mercado consumidor; participa com 85% na composição do PIB do Estado do Amazonas; dispõe de assistência técnica, pesquisa, tecnologia e infraestrutura de qualidade.

Agência	Oportunidades de Negócios Sustentáveis	Abrangência Territorial	Diagnóstico Situacional
Maués	Guaraná Orgânico	Município de Maués	Existência de assistência técnica e extensão rural; bom nível de qualificação dos produtores; mercado consumidor potencial; infraestrutura logística deficiente.
Parintins	Mandioca, Pecuária de Corte e Turismo Ecológico	Municípios de Parintins, Barreirinha e Nhamundá	<p><u>Mandioca</u>: precisa de introdução de novas tecnologias de cultivo e transformação; existência de assistência técnica e extensão rural; mercado consumidor potencial; baixo nível de organização e capacitação dos produtores; infraestrutura logística deficiente.</p> <p><u>Pecuária de Corte</u>: a atividade está reformulando seu sistema de produção para tornar-se sustentável; mercado consumidor potencial (principalmente Manaus); precária infraestrutura logística.</p> <p><u>Turismo Ecológico</u>: atividade com elevado potencial; dispõe de infraestrutura; apresenta grande fluxo de turistas nacionais e internacionais.</p>

4.2.3. PROJETOS DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC) NO ESTADO

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 22 de janeiro de 2007 pelo Governo Federal, objetiva acelerar o ritmo de crescimento da economia brasileira, aumentar o emprego e a renda, diminuir as desigualdades sociais e regionais e manter a solidez dos fundamentos macroeconômicos.

O PAC consiste em um conjunto de medidas destinadas a incentivar o investimento privado e aumentar os investimentos públicos em infraestrutura, além de remover obstáculos ao crescimento econômico. Suas medidas estão organizadas em cinco blocos:

- I. Investimento em infraestrutura;
- II. Estímulo ao crédito e ao financiamento;
- III. Melhora do ambiente de investimento;
- IV. Desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário; e
- V. Medidas fiscais de longo prazo.

Por meio das ações do PAC, o Governo Federal pretende conciliar quatro objetivos macroeconômicos: crescimento com distribuição de renda, estabilidade monetária, equilíbrio externo e redução das desigualdades regionais.

O Quadro IV, demonstrado a seguir, apresenta o mapeamento dos projetos do PAC no Estado do Amazonas:

Quadro IV: Mapeamento dos Projetos do PAC no Estado do Amazonas

Projeto	Localização
Saneamento dos igarapés de Manaus – Projeto PROSAMIN	Município de Manaus
Execução de 35 projetos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS)	Município de Manaus
Ampliação do sistema de abastecimento de água em Manaus	Município de Manaus
Drenagem do curso d' água do igarapé Cachoeirinha	Município de Manaus
Construção da nova Estação de Tratamento de Água Ponta da Cadeia	Município de Manaus
Programa Pró-Moradia – Construção dos conjuntos habitacionais Cidadão XI e Cidadão XII no bairro Santa Etelvina (1.295 casas) e Cidadão XIII no bairro Jorge Teixeira (512 residências)	Município de Manaus
Construção de aeroportos, portos, rodovias e usinas termoelétricas	Município de Manaus e entorno

5. RECURSOS FINANCEIROS: INSTRUMENTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS E PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. INSTRUMENTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

Para cumprir sua missão institucional de promover o desenvolvimento integrado e sustentável da Região Amazônica o Banco da Amazônia utiliza os seguintes instrumentos econômico-financeiros para aplicação no Estado:

- **Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)** – criado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei n.º 7.827/89, o FNO tem seus recursos oriundos de 0,6% do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados para serem aplicados no financiamento das atividades econômicas desenvolvidas em bases sustentáveis na Região Norte. É operacionalizado através de três programas de financiamento: o *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (FNO-PRONAF)*, o *Programa de Financiamento para Manutenção e Recuperação da Biodiversidade Amazônica (FNO-BIODIVERSIDADE)* e o *Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FNO-AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL)*.
- **Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)** – atende, através dos programas PROGER Urbano, PROGER Rural e PRONAF, exclusivamente, micro e pequenos empreendedores urbanos, profissionais liberais e mini e pequenos produtores rurais, com ênfase na agricultura de base familiar.
- **Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)** – destina-se ao financiamento de projetos de infraestrutura de energia, telecomunicações, portos e rodovias.
- **Fundo da Marinha Mercante (FMM)** – atende à empresas brasileiras de navegação (pessoas jurídicas, constituídas segundo às leis brasileiras, com sede no País, que tenham por objeto o transporte aquaviário, próprio ou fretado, autorizadas a operar).
- **Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)** – destinam-se às empresas e produtores rurais de mini/micro, pequeno, médio e grande portes que atuam nos segmentos da agropecuária, agroindústria, indústria, turismo, comércio e serviços, infraestrutura e exportação.
- **Recursos do Orçamento Geral da União (OGU)** – atendem, através do PRONAF, agricultores familiares da Região Amazônica, suas cooperativas e associações e pessoas jurídicas formadas exclusivamente de agricultores familiares.
- **Recursos de Sustentação Econômica** – os recursos provenientes da carteira de sustentação econômica do Banco da Amazônia atendem aos segmentos de pessoa jurídica e pessoa física no crédito de curto prazo.

5.2. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para o exercício de 2010, a estimativa de recursos para alocação no Estado do Amazonas é de **R\$ 699,87 milhões**, conforme demonstração no Quadro V. Esses recursos, originários das fontes de fomento (FNO, FAT, BNDES e OGU) e de sustentação econômica, deverão atender às necessidades de financiamento prioritárias, de acordo com a importância das atividades para a economia do Estado. Adicionalmente, também serão disponibilizados recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e Fundo da Marinha Mercante (FMM), cujas dotações em 2010 para aplicação na Amazônia são de, respectivamente, R\$ 1 bilhão e R\$ 150 milhões.

Quadro V: Estimativa de Recursos para Alocação no Estado em 2010

Fonte	R\$ Milhões
Recursos de Fomento	558,05
FNO	553,91
FAT	0,66
BNDES	2,88
OGU	0,60
Recursos de Sustentação Econômica	141,82
Total	699,87

A distribuição percentual por programas de financiamento, segmentos econômicos e porte dos empreendedores dos recursos de fomento (FNO, FAT e BNDES) é apresentada nos Quadros VI, VII e VIII, a seguir. Quanto aos recursos do OGU, sua destinação é exclusivamente para a agricultura de base familiar.

Quadro VI: Dotação do FNO para 2010 (R\$ 553,91 Milhões)

Programa	%	Porte (em %)				
		Mini/ Micro	Pequeno	Médio	Grande	Total
FNO-PRONAF	20	100				100
- Grupo A	10	100				100
- Demais Segmentos	10	100				100
FNO- Amazônia Sustentável/ FNO-Biodiversidade	80	29	22	28	21	100
Total	100					

Quadro VII: Dotação do FAT para 2010 (R\$ 0,66 Milhão)

Segmento	%	Porte (em %)		
		Mini/ Micro	Pequeno	Total
Agricultura Familiar e Extrativismo	10	100		100
Agroindústria	20	70	30	100
Indústria	30	40	60	100
Comércio e Serviço	20	80	20	100
Turismo	20	50	50	100
Total	100			

Quadro VIII: Dotação dos Recursos do BNDES para 2010 (R\$ 2,88 Milhões)

Segmento	%	Porte (em %)				Total
		Mini/ Micro	Pequeno	Médio	Grande	
Agropecuária	10	10	10	40	40	100
Agroindústria	10	10	10	50	30	100
Indústria	20	10	10	50	30	100
Turismo	10	25	25	25	25	100
Comércio e Serviço	20	10	10	60	20	100
Infraestrutura	20	10	10	40	40	100
Exportação	10	10	10	40	40	100
Total	100					

6. RESULTADOS ESPERADOS: RESULTADOS QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS

6.1. RESULTADOS QUALITATIVOS

6.1.1. PARA A ECONOMIA DO ESTADO:

- Agregação de valor à produção estadual;
- Elevação do Produto Interno Bruto do Estado;
- Ampliação da base produtiva e da arrecadação fiscal;
- Ampliação da infraestrutura econômica e social;
- Aumento da oportunidade de emprego, de ocupação de mão-de-obra e da massa salarial;
- Promoção da inclusão social de populações de baixa renda;
- Redução do êxodo rural pelo estímulo à permanência do homem no campo;
- Criação de oportunidade para a introdução de novas tecnologias capazes de superar as deficiências no setor produtivo;
- Contribuição para a geração e o aumento de excedentes exportáveis;
- Estímulo à internalização de renda a partir do fortalecimento das cadeias produtivas, através de estímulos às agroindústrias e indústrias estaduais;
- Fortalecimento dos arranjos produtivos locais;
- Minimização das desigualdades internas através de incentivo à formação de novos pólos econômicos no interior;
- Melhoria do abastecimento interno de produtos básicos;
- Promoção da auto-sustentabilidade dos empreendimentos econômicos estaduais; e
- Estímulo ao aproveitamento econômico dos recursos naturais.

6.1.2. PARA OS BENEFICIÁRIOS:

- Satisfação na habilitação, concessão e gestão do crédito;
- Crescimento dos seus negócios;
- Conscientização da importância do seu empreendimento para o desenvolvimento local e regional;
- Elevação da renda real do empreendedor/produtor;
- Melhoria da qualidade de vida do empreendedor/produtor, de seus familiares e empregados; e
- Criação de oportunidades de trabalho para os membros das famílias dos mini e pequenos produtores.

6.1.3. PARA OS CONSUMIDORES:

- Expansão da oferta de produtos diversificados para o consumo local;
- Maximização da renda dos consumidores, como reflexo da redução dos preços relativos dos produtos agrícolas e industriais; e
- Melhoria do padrão alimentar da população.

6.1.4. PARA O MEIO AMBIENTE:

- Conservação e/ou preservação do patrimônio natural, através da indução e do estímulo ao uso de melhores práticas produtivas que promovam o desenvolvimento da Região em bases mais sustentáveis;
- Reabilitação de áreas alteradas, ou em vias de degradação, mediante a adoção de tecnologias apropriadas; e
- Contenção do avanço do desmatamento desordenado.

6.1.5. PARA O BANCO DA AMAZÔNIA:

- Execução das Políticas, Planos e Programas do Governo Federal para o desenvolvimento da Região;
- Consolidação e fortalecimento de parcerias com objetivos convergentes e comprometidos com o desenvolvimento regional sustentável; e
- Fortalecimento Institucional e reconhecimento como agente financeiro fomentador do desenvolvimento sustentável da Amazônia para que a Região atinja patamares inéditos de sustentabilidade a partir do empreendedorismo consciente.

6.2. RESULTADOS QUANTITATIVOS

Com base na estimativa de recursos a serem alocados no Estado em 2010, projeta-se, entre outros resultados, a criação de novas oportunidades de trabalho, o incremento do valor bruto da produção estadual, a diminuição do êxodo rural, a minimização das desigualdades intra e inter-regionais, a inclusão social, a redução da pobreza, o aumento do PIB estadual, a ampliação da arrecadação tributária e o financiamento de **11.021** beneficiários/projetos, conforme demonstrado no Quadro IX:

Quadro IX: Estimativa de Beneficiários/Projetos a serem Financiados no Estado em 2010

Fonte	Recursos a Alocar (R\$ Milhões)	Beneficiários/ Projetos a Financiar (Unidade)
Recursos de Fomento	558,05	6.728
FNO	553,91	6.419
FAT	0,66	3
BNDES	2,88	6
OGU	0,60	300
Recursos de Sustentação Econômica	141,82	4.293
Total	699,87	11.021

ANEXOS

ANEXO I

INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DO ENCONTRO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO PARA A APLICAÇÃO DOS RECURSOS PARA 2010

1. Agência de Desenvolvimento Sustentável (ADS)
2. Associação Amazonense dos Municípios (AAM)
3. Banco da Amazônia
4. Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC)
5. Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)
6. Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS)
7. DD&L Advogados
8. Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário (DFDA)
9. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)
10. Federação da Agricultura do Estado do Amazonas (FAEA)
11. Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM)
12. Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETRAGRI)
13. Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM)
14. Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM)
15. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)
16. Master Consultoria
17. Rádio Amazonas
18. Rede Amazônica de Televisão
19. Secretaria de Estado da Produção Agropecuária, Pesca e Desenvolvimento Rural Integrado (SEPROR)
20. Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (SEPLAN)
21. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS)
22. Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECT)
23. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/AM)
24. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)
25. Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)
26. Superintendência Regional do Ministério da Pesca e Aquicultura
27. U. S. Freitas Consultoria, Comércio e Representação de Equipamentos Elétricos e Eletrônicos Ltda.